

O DIA ÚLTIMO E O PRIMEIRO: A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS, UM PENSAMENTO DE PORTUGAL

THE LAST DAY AND THE FIRST: THE CARNATION REVOLUTION, A THOUGHT FROM PORTUGAL

EL ÚLTIMO DÍA Y EL PRIMERO: LA REVOLUCIÓN DE LOS CLAVELES, UN PENSAMIENTO DESDE PORTUGAL

Roberto Vecchi

Università di Bologna

ABSTRACT

The text examines the Carnation Revolution (April 25, 1974) as a complex historical event characterized by multiple temporalities and meanings. Eduardo Lourenço notes that the revolution was «dreamed» rather than «lived», becoming a «void» for the construction of new interpretations. The narrative analyzes the mythologization of «pure beginnings» and questions the duration of the revolution, which can be seen as a long-term process. Lourenço emphasizes the importance of deconstructing national myths, such as colonialism and Salazarism, to reinterpret April 25 through a critical and reflective lens. The revolution is portrayed as a crisis that creates a space for mental and moral freedom, allowing Portugal to confront its reality. Furthermore, the text stresses the need to value the historical and cultural roots that led to the Carnation Revolution, often overshadowed by official narratives. Finally, Lourenço's literary and philosophical work is presented as crucial for understanding the symbolic and critical dimensions of the Revolution, which remains alive and open to reinterpretation.

Key words: Carnation Revolution; Portuguese Colonialism; Eduardo Lourenço; Portuguese Thought



RESUMEN

El texto explora la Revolución de los Claveles (25 de abril de 1974) como un momento histórico complejo, marcado por múltiples temporalidades y significados. Eduardo Lourenço observa que la revolución fue «soñada» más que «vivida», convirtiéndose en un «vacío» para la construcción de significados. La narrativa analiza la mitologización de los «inicios puros» y cuestiona la duración de la revolución, que puede ser entendida como un proceso de larga gestación. Lourenço destaca la importancia de desconstruir los mitos nacionales, como el colonialismo y el salazarismo, para reinterpretar el 25 de abril desde una perspectiva crítica y reflexiva. La revolución se ve como una crisis que articula un espacio de libertad mental y moral, permitiendo a Portugal enfrentarse a su realidad. Además, el texto enfatiza la necesidad de valorar las raíces históricas y culturales que llevaron a los Claveles, a menudo ignoradas por la narrativa oficial. Finalmente, la obra literaria y filosófica de Lourenço se presenta como esencial para comprender las dimensiones simbólicas y críticas de la Revolución, que sigue viva y abierta a nuevas significaciones.

Palabras clave: Revolución de los Claveles; Colonialismo portugués; Eduardo Lourenço; Pensamiento portugués.

RESUMO

Este texto explora a Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974) como um momento histórico complexo, marcado por múltiplas temporalidades e significados. Eduardo Lourenço observa que a revolução foi mais «sonhada» do que «vivida», tornando-se um «vazio» para a construção de sentido. A narrativa analisa a mitologização de «puros começos» e questiona a duração da revolução, que pode ser entendida como um longo processo de gestação. Lourenço realça a importância de desconstruir mitos nacionais, como o colonialismo e o salazarismo, para reinterpretar o 25 de Abril numa perspectiva crítica e reflexiva. A revolução é vista como uma crise que articula um espaço de liberdade mental e moral, permitindo a Portugal confrontar a sua realidade. Além disso, o texto enfatiza a necessidade de valorizar as raízes históricas e culturais que conduziram à Revolução dos Cravos, frequentemente ignoradas pela narrativa oficial. Por fim, a obra literária e filosófica de Lourenço é apresentada como essencial para a compreensão das dimensões simbólicas e críticas da Revolução, que se mantém viva e aberta a novas interpretações.



Palavras-chave: Revolução dos Cravos; colonialismo português; Eduardo Lourenço; pensamento português.

Fecha de recepción: 13 de agosto de 2025.

Fecha de aceptación: 11 de diciembre de 2025.

Cómo citar: Vecchi, Roberto (2025): «O dia último e o primeiro: a revolução dos cravos, um pensamento de Portugal», en *Actio Nova: Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada*, monográfico 8: 1-14.

DOI: <https://doi.org/10.15366/actionova2025.m8.001>

1. ANATOMIA DE UM INSTANTE REVOLUCIONÁRIO

Pensar nos Cravos é pensar em nós. Por isso, constitui um desafio que não é óbvio nem imediato, porque põe em jogo a estrutura do nosso estar no contemporâneo, mobiliza inquietações e fantasmas que se insinuam constantemente na opacidade, o termo poderia ser foucaultiano, dos começos.

Uma breve explicação sobre o título. A primeira parte *O dia último e o primeiro* é a citação do título do conto de Urbano Tavares Rodrigues, no âmbito da coleção Caminho de Abril, organizada por ocasião do 25º aniversário do 25 de Abril, com todos os seus volumes publicados em 1999. Iconiza magnificamente a função de fronteira que essa data tão carregada no plano simbólico desempenha, sobretudo depois de meio século. Aponta também para a «*anatomía de un instante*» (recuperando a lembrança de um livro, com outros sentidos e conotações, de José Cercas), ou seja, por uma instantaneidade da Revolução. A segunda parte do título envereda-se por um caminho outro, ou seja, refere o evento revolucionário a um tempo mais prolongado, de longa duração, o tempo da construção de um pensamento de Portugal que remonta a décadas antes da Revolução.

Nestas considerações sintéticas, o que se procurará será propor um breve percurso de leituras do processo que não foi só histórico mas sobretudo crítico e intelectual da Revolução como construção de um pensamento outro. Neste processo quem desempenha um papel essencial e pouco reconhecido é Eduardo Lourenço.

Que a Revolução dos Cravos seja o que a sociologia (Marcel Mauss) chama de um «fato social total» é algo de não controvertível. Em particular, há na «Revolução» entendida como um objeto compósito, um emaranhado de temporalidades que se prestam a muitos re-usos do passado (responsáveis, mas também às vezes forçados, se não revisionistas) do passado.

Eduardo Lourenço, o grande antecipador de muitos dos impasses reflexivos associados aos Cravos, realiza uma poderosa desconstrução da complexidade do 25 de Abril e mostra uma sua peculiaridade menos visível. Em «Literatura e Revolução», um ensaio bastante conhecido, publicado na *Colóquio Letras*, em 1984 pela comemoração dos 10 anos dos Cravos, depois recolhido em volume, observava com a costumeira pontualidade analítica: «Mais do que revolução vivida, a nossa foi logo, desde o início, revolução sonhada» (Lourenço, 437). E, pela sua dinâmica histórica de milagre e êxtase, a Revolução tornou-se para a literatura - mas com a extensão metonímica que este âmbito implica, no pensamento

de Lourenço, para Portugal e para todas as componente da «nação»- um «lugar vazio» (Lourenço, 1985: 438), um lugar por significar.

São palavras que exigem atenção e análise. O 25 de Abril de 1974 em Lisboa é o palco de um evento constituído por muitas dobras. Um golpe militar dos Capitães que, durante o seu ocorrer se transforma noutra objeto, carregado de um outro significado, muda de nome. Torna-se Revolução.

Este conjunto, cuja transformação lhe confere sentido e nome, já se constitui com uma pluralidade irreduzível. A condensação memorialista é considerável mas insuficiente para abarcar esse objeto múltiplo. O evento altera-se em função do lugar de observação por uma espécie de excesso testemunhal: é como se toda gente estivesse na cena que, pelo contrário, foi um recorte, aliás como sabemos limitado a alguns milhares de soldados de um mundo bem mais amplo e articulado que unia o espaço vasto problemáticamente delimitável de metrópole e colónias.

É esta potência de representação oposta a uma fissura, (uma «viseira» hamléctica), da história que impõe, para a salvação do passado, uma reflexão e interrogação atenta, além dos esquemas convencionais. É um exercício que vai exigir ainda um tempo longo, mais do que meio século de memórias acumuladas e mais ou menos problemáticamente compartilhadas.

O desajuste entre imagem e factualidade condiciona profundamente os projetos de representação que ocorreram do 25 de Abril. Muitos continuam a projetar a Revolução num espaço que pertence ao sublime, ou seja, que foge a uma *forma* de representação e resiste portanto à sua possibilidade de transpor-se numa imaginação constituída e comunitária.

Como é sabido, o romance que procura representar este empasse (e tem a construção do limite como uma finalidade da narrativa) é *Os memoráveis* de Lídia Jorge (de 2014) que parte do estereotipo do excecionalismo da revolução portuguesa (e do povo «sensato» na visão estereotipada do antigo embaixador americano, Jorge, 2014: p.17). Apresenta, como suplemento, o argumento de um documentário encomendado que não se realiza, escrito 6 anos mais tarde, que desdiz a «Viagem ao coração da fábula» e, realinhado numa representação superficial, mostra o impasse mimético de algo que resiste e vai demorar ainda muito tempo para se tornar imagem, imaginação, imaginário, para decifrar o que se passou «num tempo de “talvez”», como diz Hélder Macedo na nova edição de *Pedro e Paula* (2024: 13). O romance de Lídia Jorge desenvolve-se quase melancolicamente sobre a escrita

subterrânea de o «dia dos prodígios», lembrando o romance lustral e simetricamente oposto de Lídia Jorge que coinciliava história e as mitologias de um Portugal, profundo e alegórico.

É pertinente destacar aqui a ideia de limite (e limiar) que surge também em José Saramago em bem dois romances, *Manual de pintura e caligrafia* de 1977 e *Levantado do chão* de 1980, o segundo uma narrativa de longa duração que abrange o século XX em Portugal: ambos terminam no próprio dia da Revolução, o que implica uma interpretação de um processo e das suas consequências sobretudo no campo da representação e da teoria mimética.

Neste recorte, vale a pena refletir brevemente sobre um tópico que tem a ver com o que Eduardo Lourenço observa sobre a Revolução portuguesa a partir de um elemento geral (a sua natureza revolucionária e a singularidade da sua consistência mais onírica do que real). É o problema, só na aparência lateral, da mitologização dos inícios puros que já produz uma ambiguidade constitutiva. E apaga ou reduz o imenso processo anterior que levou aos Cravos.

O 25 de Abril suscita de imediato uma questão: o que define um início? Pergunta que implica a incerteza ou a complexidade (foucaultianas) se o objetivo é articular uma ontologia dos inícios. Perguntar qual é o início significa refletir sobre um outro tema associado que é quanto durou a Revolução. Sobre esta pergunta, temos respostas variáveis: durou até 25 de Novembro de 1975 (ou seja 19 meses) poucos dias (25 de Abril 1 de Maio de 1974) ainda hoje está vivo?

Maria Inácia Rezola, comissária executiva das comemorações dos 50 anos, faz a contagem dos quase dois anos radicais da história de Portugal, 19 meses com 3 tentativas falhadas de golpes de Estados, 6 governos provisórios, dois presidentes da República (Rezola, 2024: 20). Ou os inícios são ainda mais incertos: foi 1961 com a eclosão em Angola da Guerra colonial? Foi em setembro de 1973 quando em Évora com a reunião dos 136 capitães do exército em oposição ao regime?

É a poesia portuguesa que marca com força o tema dos inícios que se torna um topos literário e de forte impacto cultural: a letra de Sérgio Godinho «Hoje é o primeiro dia do resto da minha vida» (letra de «O primeiro dia») e «25 de Abril», o poema mais famoso da Sophia de Mello Breyner que pontua «o dia inicial inteiro e limpo» (Breyner, 2015: 668).

Mas o tema aflora também noutros contextos, por exemplo na narrativa de Urbano Tavares Rodrigues, na coleção Caminho de Abril, *O dia último e o primeiro*. É uma imagem vertical da Revolução como início de um tempo novo, divisor de água entre duas

temporalidades. É um tempo do fim, ao mesmo tempo apocalítico e messiânico, como sempre é o tempo do fim e se presta a uma leitura pelo menos dupla e contraditória do tempo, ao mesmo tempo, limite e limiar, *limes* e *limen*.

A insistência nos primórdios alimenta uma mitologia da ruptura que, por sua vez, constitui uma interpretação de uma forma histórica. A ênfase auroral, acrescentaria, é bastante valorizada pela poesia, porque a linguagem pode fazer na forma e não só no conteúdo uma iconização forte e resistente deste tempo novo.

No entanto, o efeito de um *reset* iniciático ofusca não tanto a forma, esteticamente bastante palatável, da «revolução perfeita e instantânea» mas sobretudo o longo processo que desaguou na eclosão dos Cravos. De modo mais subterrâneo, há um pensamento herético (ou heterodoxo) em relação à ordem consagrada pelo regime que devagar se estratifica e cria as condições que, num depósito lento, invisível, paciente conserva a força da crítica numa esperança materialista, mais do que espiritual, de um possível fim. Uma visão do futuro apoiada em débeis sinais.

2. A LONGA DURAÇÃO DO PENSAMENTO DA REVOLUÇÃO

Talvez o modo com que salvar uma «quase» memória da Revolução dos Cravos que temos o risco de perder é procurar, dentro de uma mesma alegoria vegetal, as raízes do cravos. Que foram muitas e largamente, ainda, por valorizar. Um exemplo que gostaria de trazer é aquele de Eduardo Lourenço. O filósofo português foi quem mais preparou o pensamento de 25 de Abril. Muito antes da Revolução, o que leva a pensar numa gestação lenta, na longa duração do que pelo contrário pareceria instantâneo, inesperado ou fulmineo. Como a mitologia mostra.

Os fios deste pensamento vêm do Brasil onde ele se encontra para dar aula em finais da década de 50 na Universidade da Bahia e aproxima-se de algo de inesperado e surpreendente que são, no Nordeste, as ruínas do império. Este Brasil ainda democrático, com África no fundo (a iminente crise e começo da Guerra colonial que parece uma citação literal da guerra colonial europeia em África, de França na Argélia).

É neste contexto que Lourenço continua num solilóquio escrito (quando o «diálogo que nos falta», a Europa, é o modo com que articula a sua crítica ao Salazarismo) não finalizado para a publicação (naquele tempo, impossível) deste pensamento.

Sendo assim, há pelo menos (e no mínimo) três Lourenços que atuam em torno do 25 de Abril, com uma escuta inexusta (que continuará até ao fim da sua existência) dos murmúrios do 25 de Abril.

O primeiro é o Lourenço que prepara a Revolução, como vimos, num longo esforço crítico, monológico, inscrito na esfera do privado e desde os finais da década de 50, também pela fundamental experiência no Brasil. É ele que cria um atlas das forças em campo que vai afunilar-se pelo tempo e deixa pressagiar a preaparação de uma ruptura bem antes dos primeiros movimentos dos militares.

O segundo Loureço é o crítico da Revolução como crise, ou seja, no seu próprio decorrer que não teme perder uma vantagem analítica em prol de uma atitude militante e política sobre os ideários derivados da Revolução.

Finalmente, há um terceiro Lourneço (para limitarmo-nos aos três indicados pelo menos sobre o assunto) que é aquele, por assim dizer, póstumo em relação à Revolução. Refiro-me em particular a um pequeno conjunto de escritos que se adensa na década de 80, no rescaldo dos 10 anos das comemorações dos Cravos. Sobretudo, uma vez que se está quase a completar o movimento inexorável de reinscrição de Portugal na Europa, o fim da exceção atlântica. São textos significativos porque são sínteses desencantadas e críticas de um processo revolucionário que se apresenta como um objeto analítico bastante mais complexo do que se pensara e já contaminado pelas tentativas de reapropriação semântica ou ideológica e de antecipação de uma determinada imagem histórica.

Nesta série, um ensaio dorsal é certamente aquele escrito para as comemorações dos 10 anos da Revolução, quiásmico como se convém à rica figuralidade do discurso de Eduardo Lourenço, a partir do título, «Da ficção do império ao imperio da ficção».

Alguns textos de Lourenço, diga-se de passagem, são, como acontece no xadrez, interessantes não so pelo conteúdo, mas pelo modo com que o autor realiza as suas jogadas em vista do xeque mate nem sempre coincidente com o final que é, de modo geral, mais inspirado numa medida de tipo estético, numa pausa depois das perturbações históricas.

Situando o 25 de Abril em África e em particular repondo a ruptura implicada pela Revolução, que foi a descolonização, com alguns nexos (imagéticos) e conotações com o ensaio mais consagrado, a «Psicanálise mítica do destino português» sobre o ser português, vale a pena retomar um excerto do texto:

Dez anos bastaram para reduzir a conto de fadas a cruzada de 1961-74 (sem falar das do fim do século XIX e começos do século XX), a legítima rebelião africana contra a arcaica prepotência branca, como para esquecer o próprio drama futuro que nela se gerava em destino “retornado”: não houve nada, não se passou nada, apenas um lamentável mal-entendido em vias de total resolução. Ou se se passou, o sujeito do drama de ontem não é o de agora. Somos o Zelig da História (Lourenço, 1985: 264)

Há uma provocação no ensaio num anacronismo interpretativo («Foi um regime anacrónico que impôs Abril», Lourenço, 1984: 262) e também um objetivo declamado principal, promover «uma nova e radical leitura» (Lourenço, 1984: 264) do que foi Abril.

No entanto, é nos movimentos finais que, a década anterior, os anos 70, perde a sua aura celebratória, para assumir o ataque a uma certa estagnação da mitologia revolucionária. Ao acentuar a característica do «impensado» de Portugal em relação às colónias («sempre habitámos um espaço maior que nos»), Lourenço conjuga, como de costume, a manobra reflexiva e concetual com a sentença política que reverte o negativo não pela sua superação - as dialéticas já se inviabilizaram e o que resta entra no regime do trágico – mas pela exortação idealística, encarada «de frente, positivamente assumida, sem má-consciência, nem nostalgia vãs» (Lourenço, 1984: 269). Uma postura que permite considerar a superação do presente: «Se o espaço imaginante criado pela Revolução nos serve para alguma coisa é para reformular e reviver de outra maneira o laço afectivo que o nosso abolido destino imperial estabeleceu entre nós e África» (Lourenço, 1984: 269). Surge assim uma «inter-realidade» onde, então, todo o quiasmo do título encontra não só representação, mas também, sobretudo, futuro fora das constricções e angústias do reuso puramente nostálgico e ideologicamente reacionário do passado. Uma exegese de murmúrios do Abril, que são neste caso murmúrios do Abril que foi. Mas por outro lado também os murmúrios que antecederam os Cravos cujas raízes são profundas e abrogam a imagem (estereotipada) da Revolução exemplarmente «instantânea», desprovida de uma etiologia muito mais articulada.

Isto permite, *à rebours*, mostrar como a escuta dos murmúrios pode corporificar uma estratégia crítica «nova e radical» da Revolução de 1974 a vir. Pense-se por exemplo na complexa figura de 1960 (14 anos antes da Revolução, quase 25 do artigo mencionado, em correspondência com a estadia no Brasil) com que encerra o artigo auroral publicado em primeira instância no *Portugal livre* em 1960, «Brasil caução do colonialismo português», por ocasião da Comemorações henriquinas. Texto manacial de ideias que irão ser desenvolvidas posteriormente.

Lourenço não é ainda o grande xadrezista de classe a vir. Mas já este texto, que deixa aflorar uma veemência mais exposta para o intelectual ferozmente comedido, é um cadinho de temas permanentes (a miséria do colonialismo -colonizado- português, a sua mitologia oca, os seus paradoxos, sobretudo a identificação do tema - infantil, mas vistoso - da sua inocência) que irão armar como uma matriz a futura crítica com uma lucidez e uma coerência que, confrontadas com outros murmúrios, surpreendem pela persistência e pela densidade precoce.

O ensaio contém uma visão antecipatória da história que irá ocorrer com o colapso do sistema colonial: «Cumpre-nos a nós, democratas, salvar o que deve ser salvo, os portugueses da África, que os perde e os africanos dos portugueses que perdem a África que julgam salvar» (Lourenço, 1960: 35). Um outro quiasmo que parece antecipar o que será o desenvolvimento da Revolução e das Descolonizações, na construção de um Portugal democrático que desistirá do Atlântico.

Seria errado pensar que isto decorre de uma espécie de profecia do tempo: pelo contrário, e Eduardo Lourenço é como vimos um pensador de raciocínios persistentes, e de uma lógica inexorável, é pela desmontagem de dispositivos que caracterizam o ser português num arco de tempo amplo (que antecede e segue o 25 de Abril) que é possível captar os «murmúrios» da Revolução a vir.

Estes estão já plenamente presentes nas raízes históricas profundas e dispersas que pautam um novo pensamento das ontologias, trágicas, ficcionais e autoreflexivas, de um Portugal que nelas sempre se perdeu e continuará a perder-se.

Quando surge o 25 de Abril, Lourenço já possui um arsenal crítico impressionante com que distilara uma análise sofisticada dos dois grandes «impensados» de Portugal, Colonialismo e Salazarismo. Entre 1974 e 1979 publica livros que sistematizam - pelo modo do fragmento, do inacabado - uma reflexão ampla e coerente, das raízes profundas: *Os Militares e o Poder*, de 1975, *Situação Africana e Consciência Nacional*, de 1976, *O Fascismo Nunca Existiu*, de 1976, e *O Labirinto da Saudade*, 1978. Acrescentaria o suplemento desta matéria do volume *Do colonialismo como nosso impensado* de 2014 (2ª ed, 2024) e o outro volume em preparação que reúne os escritos sobre Salazar que Margarida Calafate Ribeiro e o autor deste artigo estamos a organizar.

Eduardo Lourenço não faz a revolução. Mas, sem o seu pensamento, a Revolução não poderia ser ou ser pensada como hoje é e a pensamos, ou seja, através de uma

dimensionalidades que a conecta a um pensamento crítico radical do ser português, no passado e no «futuro do passado».

A Revolução, para Lourenço, é portanto uma crise (título também de um debate sobre o «socialismo puro» que ele mantém através da forma da «Carta aberta», com Eduardo Prado Coelho e publicado em volume em 1976) de longa duração, a partir de um pensamento que tem uma gestação de mais de 15 anos, a partir da experiência iniciática no Brasil, em finais da década de 50, perante os restos físico e sociais da colonização de Portugal. E com uma lição profunda que ficou: o conhecimento dos mitos ou a miotopoiése de Portugal produzem como efeito uma desmitologização que salva o mito, a sua condição de figura, mas o assume, como mito, dentro de uma moldura conscientemente crítica e reflexiva. O vazio do mito associado à densidade do pensamento é o que salva também o mito. E torna o mito uma parte de uma factualidade ampliada por salvar, de outro modo inapreensível ou tragicamente impossível.

Devido a este pano de fundo, as posições de Lourenço devem sempre ser analisadas com grande cuidado. Também porque se tecem através de figuras que amplificam o seu sentido e não devem ser entendidas literalmente. O paradoxo por exemplo. Voltando ao ensaio, «Da ficção do império ao império da ficção» de 1984, o filósofo reclama uma «nova e radical leitura para evitar que a Revolução seja “uma perturbação acidental”, mas “a irrupção daquele espaço de liberdade mental e moral» (Lourenço, 1984: 265) que permita a Portugal ver-se na sua vera realidade e tornar o fim do domínio colonial «um acontecimento sem par da nossa história» (Lourenço, 1984: 258).

A tese que esboça conjuga um paradoxo e uma intuição interpretativa bastante lúcida, mostrando um conhecimento pleno da tempestade semiótica ligada ao uso de um nome próprio e também, em parte, impróprio, cuja significação é necessariamente complexa. O paradoxo é que foi o Antigo regime, um regime anacrónico que impôs Abril (o que literalmente não faria sentido, mas referido à incapacidade do Salazarismo de compreender as relações com África se resignifica).

A visão que se associa à aparente amputação do espaço imperial é transformar esta perda num lugar de reencontro, de reconstrução da perda que ocorreu (problemática na sua própria identificação, pela mistura de uma vasta imaginação e de uma pequena realidade) mas, como observa, «Temos de nos habituar a pensar que sempre habitámos um espaço maior que nós e por isso mesmo sem sujeito. E a parte da verdade da nossa imperial ficção.

Contentemo-nos hoje com a ficção dessa verdade. E adaptemos-nos em casa e fora dela a essa ficção» (Lourenço, 1984: 269).

Esta resignificação que preenche um vazio através de um exercício difícil de recomposição, entre ilusões alimentadas ou perdidas, restos e cacos cortantes da realidade, possibilita superar o dilema entre as múltiplas tentativas de preencher um nome que sem significação continuará sempre oco e exposto ao risco de significações impróprias, particulares ou interessadas: os reusos de ideologias alheias ao que foi o sentido plural, popular e democrático do 25 de Abril de 1974, dia de inícios, de vigílias, de continuidades, em si dia revolucionário.

Por isso, nos paradoxos também linguísticos de Eduardo Lourenço a negação acaba por afirmar ainda com maior força («O fascismo nunca existiu»). Neste sentido, a crítica de algumas representações do 25 de Abril de 1974, alguns limites de imaginação e permanência dos «impensados» de Portugal no contexto pós-Cravos, dá um sentido ainda mais forte ao que podia ter sido e não foi e que teimosamente se continua a perseguir, a significar à procura de espaço e respiração. Algo de inquestionável e de efetivamente revolucionário: um tempo em que, por um instante gerado por uma longa história, as palavras e as coisas, o sentido e a forma, finalmente coincidem. Este é o 25 de Abril sempre, aquele que foi e que, esperamos, continuará a ser . E a representar-se.

BIBLIOGRAFÍA

- Breyner Andresen, Sophia de Mello (2015): *Obra poética*, Porto, Porto editora.
- Jorge, Lidia (2014): *Os memoráveis*, Lisboa, Dom Quixote, 3ª edição.
- Lourenço, Eduardo (1960): «Brasil: caução do colonialismo português», in Lourenço, Eduardo (2014): *Do colonialismo como nosso impensado*, Lisboa, Gradiva: 21-35.
- Lourenço, Eduardo (1984): «Literatura e Revolução», em Lourenço, Eduardo (2017): *O canto e o signo. Existência e literatura (1957-1993)*, Lisboa, Gradiva: 437-451.
- Lourenço, Eduardo (1984): «Da ficção do império ao império da ficção» em Lourenço, Eduardo (2014): *Do colonialismo como nosso impensado*, Lisboa, Gradiva: 256-259.
- Macedo, Helder (2024): *Pedro e Paula*, Lisboa, Presença, 3ª edição.
- Mauss, Marcel (2002): *Saggio sul dono. Forma e motivo dello scambio nelle società arcaiche*, Torino, Einaudi.
- Rezola, Maria Inácia (2024): *La Rivoluzione dei Garofani in Portogallo 25 aprile 1974*, Francesco Ambrosini ed., Milano, Mimesis.
- Saramago, José (1983): *Manual de pintura e caligrafia*, Lisboa, Caminho, 4ª edição.
- Saramago José (1980): *Levantado do chão*, Lisboa, Caminho, 9ª edição.
- Tavares Rodrigues, Urbano (1999): *O dia último e o primeiro*, Lisboa, Caminho.



SOBRE EL AUTOR

Roberto Vecchi

Roberto Vecchi é professor catedrático de Literatura Portuguesa e Brasileira e de História da culturas de língua portuguesa na Universidade de Bolonha. É, desde 2007, coordenador da Cátedra Eduardo Lourenço (Camões-UNIBO). Foi presidente, de 2014 a 2021 da AIL, a Associação Internacional de Lusitanistas. Atualmente é diretor do Centro de Altos Estudios da Universidade de Bolonha em Buenos Aires, coordenador do Centro Internazionale di Studi Umanistici «Umberto Eco» e presidente da Fundação Alma Mater. Autor de uma bibliografia extensa sobre a teoria e a história das culturas de língua portuguesa, o seu último livro é *Fantasmagorias do retorno. Portugal e a nostalgia colonial* (Porto, 2025) .

Contact information:

Università di Bologna, LILEC

Via Cartoleria, 5

40124 Bologna (Italia)

Tel. +390512097175

roberto.vecchi@unibo.it